

**Construindo uma sociedade justa: alcances e desafios em torno da  
participação feminina na esfera pública**

***Building a just society: achievements and challenges surrounding  
women's participation in the public sphere***

**Cláudia de Faria Barbosa**

Doutoranda, Família na Sociedade Contemporânea-UCSAL  
NPEJI/UCSAL

Bolsista FAPESB

barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com

Resumo: Em uma perspectiva da História das mulheres no Brasil, este estudo investiga aspectos das vivências das mulheres no poder executivo local no Estado da Bahia, 2005-2008. Dentre os principais achados, nota-se que as experiências na esfera pública, as nuances e conjunturas de inserção e atuação perpassam por conflitos e tensões sociais, ocasionadas pela História e resistência da política de dominação, dificultando o exercício da cidadania civil e política das mulheres nos espaços públicos, em sua plenitude e com inteira dignidade. Por outro lado, indica avanços nas participações e representações.

Palavras-chave: Sociedade. Mulheres. Política. Representações.

*Abstract: In a perspective of the history of women in Brazil, this study investigates aspects of the experiences of women in the executive branch location in the State of Bahia, 2005-2008. Among the main findings, note that the experiences in the public sphere, the nuances and contexts of integration and performance permeates and social tensions, caused by the resistance of the history and politics of domination, making the exercise of civil and political citizenship for women in public spaces in its fullness and with full dignity. On the other hand, indicates progress in the participation and representation.*

*Keywords: Society. Women. Politics. Representations.*

#### Razões deste texto<sup>1</sup>

Nesta comunicação pretende-se abordar a participação das mulheres na política, em cargo mandatário do poder executivo local baiano, gestão 2005 – 2008, demonstrando o quanto o percurso histórico interfere nas suas atuações. As categorias discutidas envolvem as relações sociais de dominação, implícitas à homogeneidade do pensamento dominante, às questões que dizem respeito às desigualdades históricas de gênero nas relações sociais em que as diferenças se interpretam como inferioridades e superioridades, que se naturalizam e

---

<sup>1</sup> Esta comunicação é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Famílias – pressuposto para a política local: sombra ou alicerce?”, elaborada em 2008 na Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

institucionalizam.

Também se relaciona à discussão de estereótipos que pressupõe as mulheres como exclusivas da esfera privada, com atribuições definidas no rol de obrigações relacionadas ao cuidar e serem coadjuvantes, limitando suas participações na esfera pública como complementação das atividades da casa, do lar e da família.

Apesar de avanços na situação das mulheres na sociedade, verifica-se em suas atuações na política local uma herança histórica de preconceitos e estereótipos advindos de uma cultura que as marginalizou e excluiu de participar da esfera pública.

Perspectivas históricas negligenciaram a visibilidade das mulheres e o percurso da civilização demonstrou estereótipos em relação às categorias que se relacionam como gênero, classe, geração, raça/etnia. Falta vinculação a um contexto histórico específico, passo importante para a catarse do conteúdo ideológico e condição *sine qua non* para mostrar as mulheres como seres sociais integrantes de poder, redes de dominação e laços de vizinhança (DIAS, 1995, p. 50).

Com a ressalva de que foram muitas e diversas as configurações que tomou a atuação e o envolvimento das mulheres brasileiras, é necessário falar de distintos tipos de participação. Diferenciadas por categorias como classe social, raça/etnia e espaço geográfico, a condição vivida pelas mulheres geralmente faziam com que prevaleciam à margem dos fatos e ausentes da História, mas não eram privadas de relações de poder e de conflito. Mesmo na cidade, onde se separou ideologicamente o “papel feminino” de forma mais visível, mulheres pobres buscavam recursos para a sobrevivência. “Urdiam pequenas transações e encomendas, numa variedade de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins e vizinhos” (DIAS, 1995, p. 20). Buscavam sobreviver como podiam, na informalidade e nos trabalhos rudimentares em troca do pão de cada dia.

Já no meio rural, os senhores de engenho exerciam autoridade sobre escravos e possuíam todo poder com as mulheres “criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido” (FREYRE, 2004, p. 114), mesmo sendo senhoras e tendo regalias proporcionadas pelas escravas, eram vítimas do domínio ou do abuso do homem.

Opiniões diversas demonstram algo em comum sobre o papel exercido pela mulher na sociedade. Holanda (1995, p. 124) entende que a posição ocupada era: “[...] mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como o tem sido em toda a parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição

doméstica”. Demonstra uma percepção da ocupação dos papéis femininos como naturais.

Por outro lado, Mattoso (1992, p. 448), percebe o poder exercido pelo homem e a importância do papel que a mulher desempenhava dentro de casa, “o pai – verdadeiro *pater familias* – tinha poderes absolutos. Mas, a alma do lar era a dona de casa, que muitas vezes administrava sozinha àquele pequeno mundo de que raramente se afastava”.

Em proporções diferenciadas, os autores comungam sobre a relevância da atuação feminina. A mulher de boa família permanecia inerte, confinada dentro de casa, não podia transitar sozinha, em consonância com a distância e com a falta de recursos de meios de transporte. Este fato foi mais um, dos inúmeros motivos, que a fizeram mais conservadora do que o homem, conforme ressalta Saffioti (1969, p. 184) “o elemento de estabilidade da sociedade. Eram os filhos e não as filhas da casa-grande, que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina”.

Nas famílias de melhor condição social, os filhos iam estudar no exterior, oportunidade que não era proporcionada às filhas. “A autoridade paterna reduzia as mulheres ao estado de eternas menores, condenadas a passar da submissão ao pai à submissão ao marido, sem conseguir uma autonomia real” (MATTOSO, 1992, p. 190).

Essa assertiva demonstra a ideia das mulheres como “sombra” de alguém, da sujeição do pai, ela passava à dependência do marido. Boa parte da população, ainda hoje, conserva esse pensamento que põe a mulher em situação de submissão. O que é evidenciado através do depoimento da prefeita entrevistada. “Para eu ‘pegar’ na política, fui registrada na chapa “Fulana de dr. Sicrano”. No entanto, eu acabei ‘engolindo’ a figura de dr. Sicrano. Eu era de... Hoje ele é parente de .....” Os eleitores precisavam de referência. Fulana de quem? Ou seja, a candidata necessitava estar ancorada em uma “figura masculina” que nesse caso foi a do marido. Isso confirma o predomínio da relação de poder, tendo primazia a posição hierárquica daquele que possuía o poder em detrimento do mais frágil, “resultado da ação persistente de “conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-mos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal” (FREYRE, 2004, p.114), fato que também pode ser observado como uma questão de gênero, ou seja, a dominação do masculino sobre o feminino. A falta de recursos e tecnologia fazia com que elas assumissem obrigações que eram inerentes ao “papel masculino”.

Não somente houve casos frequentes em que as viúvas tomaram a direção dos negócios da família com energia e sucesso, revelando-se líderes

genuínas, mas também casos, em que a esposa de um homem incapaz ou incapacitado tomou seu lugar na chefia da família. Mesmo na história política do país há vários exemplos de mães de família com vigorosas habilidades para a liderança (SAFFIOTI, 1969, p. 181).

Muitos desses exemplos passaram despercebidos pelos historiadores,<sup>2</sup> restando apenas os mais aparentes. Em estudos mais específicos, é possível encontrar relatos de mulheres que exerceram liderança. Maluf (1995) analisou aspectos do dia-a-dia de duas fazendeiras, em que tornou visível os papéis desempenhados por mulheres da elite rural nas zonas de expansão cafeeira em São Paulo, no fim do século XIX e começo do século XX. A minuciosa luta pela sobrevivência das personagens Floriza e Brasília e suas famílias, num contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, envolvendo uma classe social elitizada no auge da crise do café.

O trabalho, com base nos diários de memória, escritos pelas próprias fazendeiras, demonstra a liderança no cotidiano das fazendas, das propriedades e dos grupos familiares, no qual elas “quebraram” com o papel idealizado da mulher de elite, ou seja, o mito de mulheres ociosas, passivas e indolentes na sociedade cafeeira, como é descrito na história oficial.

Há uma omissão da História frente à relevância do papel feminino na formação da sociedade brasileira. Fala-se da influência dos colonizadores, fazendeiros, aventureiros, trabalhadores, escravos..., mas há poucos registros que apontam a mulher como protagonista nesse processo. Com exceção de estudos em uma perspectiva da teoria feminista, nos demais geralmente são descritas como inativas, apartes e inertes aos problemas sociais. Essa consideração remete à ideia de oposição entre “História das mulheres” e “História dominante” que se constitui um “desafio cujo objetivo não é o de substituir a crônica de um sujeito pelo outro, do masculino pelo feminino, mas, ao contrário, restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambigüidade e a tragédia” (MALUF, 1995, p. 117).

A mulher participou do desenvolvimento do país, mas geralmente é interpretada somente na condição de coadjuvante, de “ajudar o marido”, de tomar para si as responsabilidades e tarefas árduas invisíveis. Administrava a casa, pois nas áreas rurais, sobretudo nas fazendas, essa administração incluía cuidar dos filhos, dos empregados domésticos, ajudarem ao marido e manterem o grupo familiar. Devido às dificuldades e a falta

---

<sup>2</sup> Conforme Valdés (2000), a ação das mulheres foi marcada por uma cultura patriarcal que permanece até os dias atuais em todas as regiões. Esta se plasma em relações de poder e subordinação entre homens e mulheres, nas quais elas são constantemente relegadas ao âmbito da reprodução, do público e do doméstico e invisibilizadas em sua ação pública.

de recursos logísticos, os obstáculos eram infindáveis. Com exceção da classe burguesa, a falta de estrutura nas casas, como água encanada, energia elétrica e acesso aos remédios e produtos industrializados era natural, exigia iniciativa e capacidade de improvisar para resolver questões urgentes, como em caso de acidentes, doenças, desentendimentos e violências entre pessoas conhecidas e aventureiras que apareciam, sobretudo nas localidades mais afastadas dos centros urbanos, característica de um Brasil rural até recentemente.

Os alimentos eram em sua maioria, produzidos e armazenados em casa, os remédios eram extraídos de ervas plantadas nas hortas e se resumiam, basicamente, aos chás caseiros. A educação dos filhos, sobretudo dos pequenos que viviam em áreas distantes, longe de instituições de ensino, era confiada à mãe. As roupas eram tecidas e costuradas em regime doméstico. Tarefas essas de “obrigação da mulher”, que também “ajudava” o marido na administração dos negócios e o substituíam em suas ausências, mas prevalece a ideia do senso-comum, que as tarefas das mulheres “é de auxílio ao marido, ou seja, o trabalho auxiliar é um trabalho sem o mesmo grau de relevância” (MALUF, 1995, p. 198).

Em complementação a isso, a Igreja e a sociedade faziam com que as “funções femininas” fossem entendidas e controladas. Essa fiscalização era feita, sobretudo, pelo pai e irmãos, mas também recebiam a colaboração dos padres, que persuadiam com ideias voltadas para a obediência e o recato, e dos médicos, que as incentivavam a acreditar que sua função enquanto mulher fosse exclusivamente a maternidade.

A mentalidade de controlar a mulher pela força e pela violência, como pelo exercício do *pater-familias*, começava então a ser substituída por forças mais sutis de dominação. Os homens de letras do período colonial foram os emissores de um discurso crítico sobre os destemperos femininos, cuja intenção era valorizar as ditas honestas, obedientes e recolhidas. As admoestações, aparentemente dirigidas a um público misto, terminavam por circunscrever no mau exemplo exclusivamente a mulher (DEL PRIORE, 1995, p. 114).

Elas deveriam ser obedientes e tinham que demonstrar recato em suas atitudes, predicados estes tidos como naturais e imbuídos na personalidade de cada uma, senhora de bem e de família. A posição da mulher era viver dentro dos padrões sociais impostos, como “propagadora da missão católica e provedora do núcleo fundamental da vida feminina: a família [...]” (CAVALCANTI, 2007, p. 73). Cumpriam-se os papéis definidos pela sociedade, com regras claras. Dentro da família, eram passados os valores que predominavam,

tais como recato, meiguice, discrição. A cada qual, dentro de limites pré-estabelecidos, cabia fazer cumprir suas obrigações, conforme os costumes.

Por outro lado, Dias chama a atenção para a importância da mulher branca e de seu papel no projeto social de colonização do Brasil, que resultava na valorização social da mulher portuguesa, como reprodutora e transmissora da propriedade, dos costumes, dos valores ideológicos e dos símbolos de ascendência como cor, língua e religião. Possuíam funções de reproduzir e transmitir bens, “no mandonismo local, volta e meia apareciam como chefes de alianças familiares, como tal figuravam como mediadoras do processo de organização política entre o poder central e o local” (DIAS, 1995, p. 109). Sua influência era tida como relevante em diversos aspectos na comunidade.

Não é por acaso que a função da mulher prevaleceu durante séculos como de exercer um papel de “auxiliar” ao homem. Essa premissa teve como sua aliada a educação diferenciada para as meninas.<sup>3</sup>

A História mostra a diferença na educação de meninos e meninas, seja na educação formal, seja nos processos mais amplos que buscavam “atividades intelectuais e de gerência para os da elite, serviços manuais para as classes populares, trabalhos próprios para mulheres e próprios para os homens” (LOURO, 1994, p.44). Contribuiu com essa situação a cultura portuguesa que mantinha a ideia de que a mulher deveria viver confinada dentro de casa, no espaço e ambiente doméstico e familiar. “na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira ‘heresia social’. O seu ideal de educação circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas” (SAFFIOTI, 1969, p.200).

O acesso aos livros era restrito e muitos proibidos e censurados, principalmente aqueles que pudessem tirá-las do ideal de serem submissas e religiosas. A leitura e as atividades intelectuais eram tarefas preponderantemente masculinas<sup>4</sup> e as decisões eram tomadas de acordo com os interesses dos latifundiários e coronéis que “teciam as tramas políticas e silenciavam agregadas, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada” (LOURO, 2001, p. 444). Embora muitos tenham sido os empecilhos para a educação

<sup>3</sup> Louro (2005) refere-se não apenas às diferenças na educação escolar, proposta para meninos e meninas, mas aos processos educativos mais amplos que eram propagados fora da escola e que tinham o objetivo de formar cidadãos.

<sup>4</sup> Ver Leite (2005). O estudo busca reconstituir as práticas sociais, literárias e culturais da sociedade no início do século XIX e final do século XX. Retrata a época em que os livros eram destinados aos homens. Os livros e revistas “apropriados” para as mulheres eram raros. Para ser leitora de assuntos que não fossem exclusivamente femininos, a mulher tinha que usar estratégias, como disfarçar e omitir títulos e autores.

feminina, dentre eles, não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares possuíam necessidade de se envolverem “nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (LOURO, 2001, p. 449 e 445). Isso dificultava a inserção na escola formal.

Por outro lado, para aquelas de uma classe social privilegiada, a sociedade impunha outros valores. Muitos acreditavam que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas<sup>5</sup>. A preocupação maior era dotá-las de uma sólida formação cristã, a fim de serem mães virtuosas, em consonância com o ideal feminino que “implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios”. Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo “aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas” (LOURO, 2001, p. 446).

As jovens da elite eram educadas para serem esposas que fossem a companhia ideal para o marido e que cuidassem da casa e dos filhos. A instrução era voltada para o papel da mulher na família e no país. “Sua ‘vida-missão’ estava definida: cabia a ela a formação das gerações posteriores e por este motivo deveria empenhar-se em sua própria preparação” (CAVALCANTI, 2008, p. 15). Nesse empenho de educar as gerações futuras, a mulher ingressou na carreira do magistério<sup>6</sup>, que se deu principalmente através daquelas que por “necessidade, outras por ambicionarem irem além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que a sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade” (LOURO, 2001, p. 453).

Em um contexto em que a educação se mostra mais como reprodutora das ideologias

---

<sup>5</sup> A esse respeito ver Passos (1994). A pesquisa analisa o significado da prática educativa das Ursulinas, tendo como espaço empírico de estudo o colégio Nossa Senhora das Mercês, no período que vai de 1897 a 1956. Ela conclui informando que o colégio buscava: “formar mulheres modestas, simples, sem vaidades, preocupadas com o próximo, amigas, dóceis, recatadas, organizadas, mulheres que soubessem controlar os seus impulsos, frear suas paixões, disciplinar o corpo de modo a sentarem sem incliná-lo nem pendurá-lo, que andassem sem movimentos insinuantes, que sentassem à mesa sem deixarem os cotovelos à vontade, não consistia em um compromisso ligado apenas aos princípios pedagógicos e doutrinários do Colégio e da ordem à qual o mesmo pertencia e sim uma exigência social que respondia aos papéis adjudicados pela sociedade ao sexo feminino” (PASSOS, 1994, p. 307 – 308).

<sup>6</sup> Ver Lima (2006). O estudo resgata a História do ingresso das mulheres no magistério, na Bahia. Analisa o ineditismo do curso normal, especial para as mulheres na Bahia do século XIX. Por acreditarem que a escola é um instrumento de “contenção, controle e adestramento das futuras gerações” devia ser exclusivamente para mulheres.

do que como espaço de desenvolvimento das capacidades individuais, a presença feminina nas escolas era mantida através de normas rígidas, como garantia de perpetuação dos costumes e promotora de papéis femininos. (CAVALCANTI, 2007). Foi o que Bourdieu (2007, p. 101) demonstrou ao esclarecer que o sistema escolar contribui para reproduzir as diferenças, não apenas entre as categorias sociais, mas também entre os gêneros. Ressaltando que “a história tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias.” As mulheres cumpriram o destino em uma profissão que aos poucos passou a ser considerada feminina, embora as funções de direção e supervisão ainda fossem de prevalência masculina. Se o que constituía a vida de uma mulher era o papel de mãe, pode-se considerar o exercício do magistério como a extensão da maternidade, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (LOURO, 2001, p. 450).

Esse não foi o único pretexto que contribuiu para o ingresso das mulheres nos cursos normais. Faltavam professores nas escolas, na ausência de candidatos elas ocuparam esses espaços. Sua inserção no magistério foi decisiva, contribuindo para a entrada no mercado de trabalho, em atividades que seriam compatíveis com as funções maternas, “prenunciavam que o magistério elementar seria ocupação essencialmente feminina, chegando mesmo a constituir-se, durante muitos e muitos anos, na única profissão feminina plenamente aceita pela sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p. 206).

O acesso à universidade era predominantemente masculino. Em casos isolados e bem específicos, algumas se aventuravam na carreira acadêmica. Saffioti (1969) assegura que, “até 1930, a representação feminina nos cursos superiores, como também na política, foi bastante escassa”. Considerando o tamanho territorial do Brasil, os fatos não ocorreram de forma proporcional, portanto não se pode generalizar. Os grandes centros urbanos tiveram avanços que os outros municípios mais afastados e carentes levaram décadas e até séculos para acompanhar. “Ainda nos dias atuais, a organização familiar brasileira preenche toda uma gama que vai desde a família semipatriarcal até a família conjugal moderna, desligada da parentela e mais distante da tradição” (SAFFIOTI, 1969, p. 188).

Com o passar dos anos, hoje, “as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas, entre elas, o magistério” (ROSEMBERG, 1994, p. 10), isso demonstra o peso da historicidade nas relações cotidianas.



## O tempo presente: a mulher na esfera pública

Apesar de melhorias ocorridas nas últimas décadas, vale ressaltar que, ao longo da história atribuiu-se às mulheres o domínio do privado, restrito a esfera da casa e da família, somente de forma gradativa essas mudanças emergem. A atuação das mulheres decorre da emergência de uma “política de ideias” atreladas a uma “política de presença” pois “é na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não uma oposição falsa entre uma e outra”. (PHILLIPS, 1996, p.289). Os seus contornos traçados apenas de forma quantitativa limitaria à participação política delas, implicando necessariamente a consciência crítica da discriminação feminina e uma ruptura com os modelos de comportamento tradicionais. Enquanto isso não acontece, persiste a tendência, embora pouco expressiva de inserção das mulheres nas disputas eleitorais, elas encontram dificuldades de se fazerem presentes nos espaços de poder, participam da política, mas de forma tímida dos processos de decisão.

A formação profissional das prefeitas se mostrou com base em uma educação que molda perfis femininos. A presença da mulher se faz sentir predominantemente na área da educação. Com referência à profissão, 54,% das prefeitas entrevistadas possuem formação voltada para a área educacional, são professoras, pedagogas, e, em alguns casos, já exerceram o cargo de Secretária Municipal de Educação. Isso se coaduna com a história das mulheres no Brasil. Sendo que a maioria das que concederam entrevista para este estudo é profissional da área da educação, conforme depoimento da prefeita.

Tudo do meu legado de professora se constitui a base de minha vida política. Eu agradeço a Deus por ser educadora em primeiro lugar, antes de qualquer coisa. Sou educadora, especialista em alfabetização e me relaciono com a linguagem lúdica da criança, ela não sabe ler, mas entende. Eu aprendi, como educadora, que é preciso colocar os sentimentos nas ações.

Observou-se ainda que estas, em geral, têm consciência e comprometimento com o papel que representam o magistério, embora ainda considerada “profissão feminina por muitos, contribuiu para a formação política, influenciando a trajetória e, posteriormente, a eleição das mulheres. Entretanto, não podemos generalizar tal influência” (BRABO, 2003, p. 320). Mais uma vez, gênero e educação, público e privado se mesclam.

Percebeu-se que as prefeitas têm se sobressaído no processo de consolidação da democracia no Brasil. A partir do momento que os eleitores de um município elegem uma

mulher, outras se interessam e participam mais ativamente do processo democrático. É o que se constatou através das candidaturas do ano de 2008.

### Considerações finais

A existência de mulheres na política começa a ser vista com naturalidade e respeito pelas pessoas. Há uma tendência em diminuir os preconceitos e os estereótipos em relação a gênero. Outra constatação feita com o resultado das entrevistas é a de que, embora de forma tímida, o *empoderamento* já começa a fazer a parte do cotidiano de algumas prefeitas e se projeta como uma ferramenta que permite às mulheres construir demandas de gênero e intervirem na elaboração das agendas públicas.

Para o assunto tratado, fazem-se necessário um olhar crítico, capaz de enxergar nas entrelinhas e perceber os preconceitos e as representações do imaginário e da cultura, sobretudo aqueles que oprimem as pessoas. É possível ouvir comentários do tipo: “As mulheres estão invadindo o lugar dos homens na política”. Essa “invasão” do âmbito público pelas mulheres, pertencentes aos diversos estratos sociais, trata-se de um espaço que ficou durante todo o tempo diante da cultura masculina hegemônica.

A educação tem contribuído para a equidade de gênero, na medida em que na convivência os papéis deixarem de ser destinados a cada qual em virtude do sexo. Novos instrumentos estão sendo criados para que a paridade de gênero seja uma realidade. Elas reclamam da necessidade de maior suporte nas políticas públicas para impulsionar e garantir a autonomia social, econômica, financeira e cultural das mulheres, isso exige o fortalecimento institucional dos organismos de políticas e a implementação de programas, para que elas possam exercer o direito de participar plenamente do processo de tomada de decisões públicas, que não é apenas uma questão de justiça democrática, mas de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de discriminação contra a mulher e novas possibilidades no campo político.

### Referências

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo:

Brasiliense, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Educação, história e religião: ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. Revista Aulas, v. 4, p. 1 – 18, 2008.

\_\_\_\_\_. Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar. In: Revista Brasileira de História. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54, p. 59 – 82, jul. – dez., 2007.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LIMA, Marta Maria Leone. Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história. (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia Século XIX Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PASSOS, Elizete Silva. A educação das virgens. Um estudo do Colégio Nossa Senhora das Mercês, (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 1994.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

PHILLIPS Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 1/2001, v. 9, p. 268-290, 2001

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

VALDÉS, Teresa. De lo social a lo político: La acción de las mujeres latinoamericanas. Santiago: Editorial LOM, 2000.